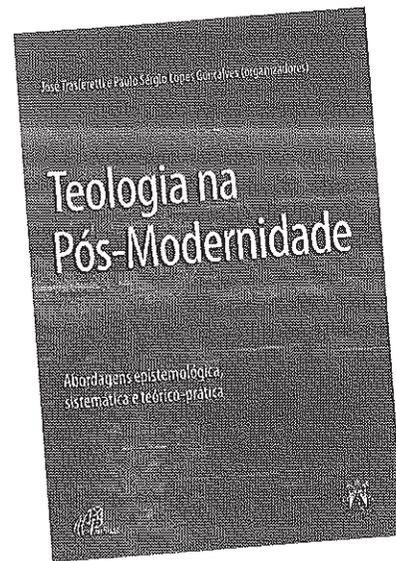


TEOLOGIA NA PÓS-MODERNIDADE

Abordagens epistemológica, sistemática
e teórico-prática



O livro é uma produção coletiva que considera a reflexão teológica no espírito da pós-modernidade, uma vez que toda teologia é — ou deveria ser — contemporânea a seu tempo. Para tanto, a obra divide-se em três partes: uma epistemológica, outra sistemática e uma terceira sobre questões disputadas.

A primeira parte define filosófica e sociologicamente a pós-modernidade e explicita o estatuto teórico da teologia nesse contexto. A segunda desenvolve temas de alguns tratados das áreas de Teologia Fundamental, Bíblia, Antropologia Teológica, Teologia Moral e Eclesiologia. A terceira expõe as questões disputadas na atualidade: a relação entre cristianismo e religiões não-cristãs, a pastoral universitária, a espiritualidade cristã, os desafios ao estudo da religião e o agir moral.

Ao leitor resta o convite a participar dessa discussão tão atual quanto controversa.



A COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DA VIDA

TELEMARKETING
0800-7010081
www.paulinas.org.br

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL

Dr. Dom Benedito Beni dos Santos

INTRODUÇÃO

A Igreja, no Brasil, possui uma tradição pastoral que tem como origem próxima o Concílio Ecumênico Vaticano II, encerrado em 1965. Esta tradição traz a marca da perspectiva eclesiológica do Vaticano II. Na doutrina do Concílio, não encontramos a imagem de uma Igreja voltada para si mesma e existindo apenas em função de seus membros. Encontramos, ao contrário, a imagem de uma Igreja *em relação*. Antes de tudo, em relação com a Trindade — seu mistério e paradigma para sua organização. Daí o modelo de Igreja comunhão. Uma Igreja em relação com o mundo construído pelo ser humano: a família, o trabalho, a política, a economia, a cultura. Uma Igreja em relação com as outras Igrejas e comunidades cristãs. O ecumenismo é um aspecto dessa tradição pastoral. Uma Igreja em relação com as religiões. Tem recebido especial atenção a relação com os judeus. Eles não são apenas nossos amigos; são nossos irmãos. Finalmente, uma Igreja em relação com a missão.

Os diversos planos são momentos dessa tradição pastoral. Por isso, a recepção de cada plano pelas Igrejas particulares tem sido feita com naturalidade e, até mesmo, com entusiasmo. A tradição possibilita que certas experiências pastorais passem para os planos sucessivos e aí se tornem permanentes.

1. ESTRUTURA E FINALIDADE DAS NOVAS DIRETRIZES

Elas foram elaboradas por uma comissão designada pela presidência da CNBB: Dom Moacyr Grechi, Dom Antônio Celso de Queirós, Dom José

Mauro Pereira Bastos e Dom Sérgio da Rocha. A comissão contou com a assessoria do Instituto Nacional de Pastoral e de teólogos. A partir do anteprojeto, sugestões de todo o país chegaram à comissão. O texto foi debatido, corrigido, emendado e aprovado pela 41ª Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada de 30 de abril a 9 de maio do presente ano.

As Novas Diretrizes compõem-se de um objetivo geral, introdução, três capítulos e conclusão. Possuem três metas ou eixos: defender a dignidade da pessoa, recriar a comunidade de fé e construir a sociedade solidária. Essas três metas estão articuladas com as exigências da evangelização, que já se encontravam no plano anterior: serviço, diálogo, anúncio e testemunho.

Trata-se de um texto destinado a servir de ponto de referência e inspiração para o planejamento pastoral das diversas dioceses e paróquias, situadas em contextos sociais, culturais e eclesiais diferentes. Por isso mesmo, sua recepção precisa ser criativa.

O texto elaborado está de acordo com a natureza da CNBB: instituição de caráter pastoral, destinada a dar unidade à ação pastoral da Igreja no Brasil. Ele expressa também a dimensão colegial do ministério dos bispos, os primeiros responsáveis pela ação pastoral.

O método usado no texto se aproxima do conhecido ver, julgar e agir. O ver é expresso, de modo dinâmico, por desafios. Este capítulo é precedido pela descrição da missão evangélica e pastoral da Igreja no campo da profecia, liturgia e diaconia. O capítulo que contém os desafios, naquilo que se refere à sociedade, tem também uma conotação teológica. A presença da Igreja no mundo, objeto da constituição pastoral *Gaudium et spes*, significa que a alegria e os problemas do mundo perpassam a Igreja e que nada do que é humano lhe é indiferente. Significa que os cidadãos da Igreja são também cidadãos do mundo, como recorda a *Carta a Diogneto*. Ainda mais, diversos desses desafios são verdadeiros *sinais dos tempos*. A Igreja precisa interpretá-los à luz da fé, para poder cumprir adequadamente sua missão. Como observa Dom Cláudio num artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo" (14.5.2003), "a evangelização quer retomar vigorosamente o anúncio direto da pessoa de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, e seu Reino, mas sempre situado no momento histórico atual (...)"

Recordo ainda o caráter prático das Novas Diretrizes. As sugestões de ação prática são numerosas. Cada Igreja local, pois, poderá assumir aquelas que são mais urgentes e significativas, de acordo com o seu contexto.

2. ALGUNS PONTOS ESPECÍFICOS

2.1. O objetivo geral

O objetivo inicia com a palavra *evangelizar*. A evangelização é a razão de ser da existência da Igreja. Segundo a *Evangelii nuntiandi*, a Igreja nasceu da atividade evangelizadora de Cristo e dos apóstolos. É o seu fruto querido e primeiro. E foi dos próprios lábios de Jesus que ela ouviu este mandato: "Ide por todo o mundo e proclamai o Evangelho a toda a criatura" (Mc 16,15). Vocação e missão são inseparáveis na história da salvação. A Igreja foi chamada para ser enviada a prolongar, com a força do Espírito, a missão de Jesus Cristo, o primeiro evangelizador. O Evangelho é, pois, a vocação da Igreja. Ela o acolhe, o compartilha em suas celebrações e o transmite ao mundo. A Igreja é aquela comunidade única no mundo que, movida pelo Espírito, guarda a memória e os ensinamentos de Jesus, celebra sua presença de Ressuscitado e o anuncia ao mundo.

Também fica bem claro, no objetivo, que a Boa-Nova não é exclusivamente verbal. Antes de tudo, o Evangelho tem como conteúdo a pessoa de Jesus Cristo (cf. Mc 1,1). Evangelizar é anunciar explicitamente Jesus Cristo. Testemunhar, com a vida, a salvação recebida. Conteúdo do Evangelho são também a pregação de Jesus, os sinais messiânicos (cf. Mt 11,3-6); sua proximidade dos pobres, doentes, pecadores, indefesos. A evangelização sempre tem a ver com a solidariedade, a libertação, a justiça, a paz. Essas obras são, de uma parte, a encarnação do Evangelho e, de outra, seu anúncio.

No objetivo, foi introduzido um termo, que é fruto do apelo do Santo Padre na *Novo millennio ineunte*: a santidade. "Evangelizar, proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade." No início da terceira

parte da *Novo millennio ineunte*, João Paulo II dirige a toda a Igreja um veemente apelo à santidade de vida. Na carta apostólica *Ecclesia in America*, recorda que os grandes missionários foram também grandes santos. Pela santidade de vida é que a Igreja se torna, aos olhos do mundo, *ícone* de Cristo, como Cristo é o *ícone* do Pai. A santidade é componente essencial da sacramentalidade da Igreja.

2.2. Os três eixos da vida humana

A boa articulação desses três eixos, no texto das Diretrizes, impede que a pastoral se torne unilateral. O indivíduo é membro de uma comunidade. Não se reduz, porém, à comunidade. Não se dissolve no comunitário. Em comunidade, porém, ele se torna, de certo modo, nova criatura, pois a finalidade da comunidade é o crescimento como pessoa. Vida em comunidade implica proximidade, conhecimento mútuo, desenvolvimento de relações intersubjetivas. O cristianismo, por sua vez, é essencialmente comunitário, eclesial. Não existe um cristianismo não-eclesial. O cristianismo nasceu em forma de Igreja e, portanto, em forma comunitária. A nova criatura, de que fala São Paulo, é aquela que, nascida nas águas do batismo, é inserida na comunidade, a fim de atingir a estatura de Cristo.

A sociedade solidária, no texto das Diretrizes, corresponde, sem dúvida, ao projeto do Evangelho. E a Igreja, ao educar as pessoas para a fraternidade, para a comunhão, para a justiça, colabora com o surgimento da sociedade solidária. Uma sociedade solidária supõe que as pessoas se tornem novas criaturas.

3.3. Os leigos, a família e os jovens

Ao tratar da missão dos leigos, o texto das Diretrizes cita o discurso do Papa aos bispos do Nordeste 1 e 4 (26.10.2002). João Paulo II observa que “a ação dos leigos é indispensável para que a Igreja passe a ser considerada

realmente constituída, viva e operante em todos os setores (...)”. Não podemos nos esquecer de que os cristãos leigos estão presentes no mundo de modo específico e original. Trata-se da presença no mundo construído pelo ser humano: a família, o trabalho, a política, a economia, a ciência, a cultura. O mundo para o leigo não é apenas um espaço cultural e social; é também um espaço teológico. É no mundo que ele vive, santifica-se, cumpre sua missão e se salva. A missão do leigo não pode esgotar-se nos serviços e ministérios no interior da comunidade. Sem a ação dos leigos no mundo, o Evangelho jamais chegará a todas as pessoas e aos espaços sociais.

Nessa mesma perspectiva, as Diretrizes sublinham a importância da família e dos jovens: “a educação à solidariedade e à fraternidade inicia com as crianças e continua com os adolescentes e jovens. Uma atenção especial deve ser dada às famílias.” Nossa Constituição reconhece a família como base da sociedade. O ensinamento da Igreja denomina-a “igreja doméstica” e santuário da vida. Fora do contexto familiar, a vida fica sempre prejudicada em sua evolução. Hoje, dois males, entre outros, ameaçam a família: a secularização e o enfraquecimento da sua identidade. Se não conseguirmos salvar a família desses dois males, não teremos uma Igreja realmente viva e uma sociedade solidária.

Os jovens, por sua vez, constituem uma força muito grande, tanto no campo da evangelização quanto na transformação da sociedade. A juventude não é apenas uma faixa etária. É um conjunto de valores. Esses valores são plantados e cultivados, sobretudo, pela família. Sem esses valores — amor à verdade, sede de justiça, vontade de participação, esperança —, a juventude fica reduzida a simples etapa física da vida.

2.4. Paróquia e pastoral urbana

A paróquia renovada, comunidade de comunidades, continua necessária. Sem a pastoral urbana, porém, observam as Diretrizes, não é possível enfrentar “a problemática das enormes concentrações humanas de hoje e as novas formas de cultura em gestação” (185). A cidade, hoje, não é só um

novo espaço social onde a maior parte da população se concentra. Trata-se de uma nova civilização, um novo modo de viver. A cidade se compõe de bairros, de instituições. A vida da pessoa se desenvolve, ao mesmo tempo, em diversos espaços. É nesses espaços que a pessoa deve ser evangelizada. Na cidade, o anúncio da Palavra enfrenta obstáculos não menores do que os enfrentados no início da missão: massificação, secularismo, magia do consumo, idolatria do mercado e do sexo, distância entre pessoas que, às vezes, moram no mesmo prédio. As diversas pastorais são tentativas de evangelizar as pessoas nos espaços onde vivem. Daí a nova concepção da paróquia como comunidade de comunidades. Daí a necessidade da paróquia como Igreja em estado de missão. Igreja que não fica apenas esperando para dar atendimento, mas Igreja que parte para evangelizar os diversos espaços da cidade.

2.5. O campo religioso

Pela primeira vez, um plano de ação pastoral faz uma longa referência ao mapa religioso do Brasil. Trata-se de uma consideração geral. Tomando como base os dados do último censo, o texto das Diretrizes cita a diminuição do número dos que se declaram católicos, de 83,3% para 73,9%. Hoje, os católicos perfazem a cifra de 125,5 milhões de pessoas. Esses dados se referem ao período que vai de 1991 a 2000. Trata-se de uma diminuição considerável para um breve período de dez anos. Ao mesmo tempo, houve um aumento dos que se declaram evangélicos: de 9,0% a 15,6%, chegando ao número de 26,4 milhões. O número de pessoas que se declaram sem religião passou de 4,7% para 7,4%.

As observações das Diretrizes procuram relativizar um pouco os dados do censo. Afirmam que, neste período, cresceu na Igreja a participação ativa. Que muitos, embora declarem pertencer a uma determinada denominação religiosa, na realidade, pertencem a diversas.

Em todo caso, é significativo que, num plano de ação evangelizadora para todo o Brasil, se chame atenção para a diminuição do número de católicos. Este fato, como tem afirmado Dom Cláudio, constitui um questionamento

para nós. É sinal de que não estamos evangelizando aqueles que batizamos. É sinal, penso eu, de que não está sendo realizado aquele anúncio fundamental, o *kerygma*, que provoca na pessoa aquela fé primeira, que tem como componente essencial a conversão. O *kerygma* é o fundamento, o início e a raiz da evangelização. Consiste em anunciar Jesus Cristo, morto e ressuscitado para nossa salvação, como graça, perdão, esperança, caminho e vida.

O Papa, no discurso aos bispos do Regional Sul 1, em janeiro último, referiu-se à aspiração ao espiritual hoje existente. A seguir, apresentou a seguinte questão: estamos respondendo a esta aspiração ao espiritual do nosso povo? A Igreja e sua teologia, por causa dos ataques do racionalismo e do iluminismo, desenvolveram a dimensão racional da fé. Hoje, é necessário desenvolver também a dimensão espiritual, a dimensão dos sentimentos e dos desejos. Diante da saída de tantos católicos, não podemos procurar explicações paliativas para tranquilizar nossa consciência. Muito menos, podemos cruzar os braços. Ensina o Concílio Ecumênico Vaticano II que a Igreja de Jesus Cristo subsiste na Igreja Católica. Só ela possui a eclesialidade plena. Portanto, ninguém pode encontrar, fora da Igreja Católica, a plenitude dos bens salvíficos.

4. A eclesiologia implícita nas Diretrizes

A eclesiologia que sustenta as Novas Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil é a do Vaticano II: a eclesiologia de comunhão. A comunhão foi o traço que mais deu credibilidade à Igreja em sua origem. A primeira descrição da Igreja, registrada no livro dos Atos, afirma que os fiéis eram unânimes na doutrina dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações (cf. At 2,42). A Igreja se apresentava, pois, como comunidade de fé, comunidade fraterna, comunidade eucarística e comunidade orante. Lucas observa que os fiéis possuíam um só coração e uma só alma. Tal fato provocava a perplexidade do povo.

A *koinonia*, como essência da Igreja, está expressa, no quarto evangelho, pela imagem da videira. O Ressuscitado é o tronco da videira. Os

cristãos são os ramos. É do tronco que provém a vida para todos os ramos. Sem ligação vital com o tronco da videira, pela fé, pelo amor, pela vida da graça, não podemos produzir fruto algum.

A realidade da Igreja-comunhão foi apresentada por São Paulo pela imagem do corpo, cujos membros estão articulados com a cabeça e entre si. Como comer e beber são atos de comunhão, é na eucaristia, segundo São Paulo, que a Igreja se torna em plenitude o corpo de Cristo (cf. 1Cor 10,14-16; 12,12-30).

O Vaticano II, ao definir a Igreja como povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, mostrou que a Trindade é, ao mesmo tempo, o mistério da Igreja e o paradigma para sua organização. Portanto, o fundamento último da Igreja-comunhão é a *pericorese* trinitária: a compenetração vital das Pessoas divinas, a sua reciprocidade, a sua essência comum, a sua presença ativa em cada ato salvífico.

Como viver a comunhão?

Em primeiro lugar, assumindo a caridade como princípio da vida eclesial. A caridade é o coração da Igreja, como intuiu Santa Teresinha. Ela desempenha, na Igreja, função semelhante à do coração do corpo humano. Sem a caridade, a Igreja torna-se semelhante a um corpo sem vida. Sem a caridade, não existem apóstolos, profetas e mártires. A caridade é o carisma coordenador de todos os carismas.

Em segundo lugar, para se viver a comunhão, é necessária a espiritualidade de comunhão. Como observa o Papa na *Novo millennio ineunte*, a espiritualidade de comunhão leva a evitar as tentações egoístas que geram ciúmes, rivalidades, competição, arrivismos. Leva cada um a procurar sua identidade não isoladamente, mas na reciprocidade. Leva a considerar o outro não como rival, como inimigo, mas como depositário dos dons divinos, antes de tudo, para a comunidade, não para mim.

A terceira coisa para se viver a comunhão é a própria cultura de reciprocidade: não viver isoladamente. Buscar a própria identidade na relação com o outro, na complementaridade, na co-responsabilidade. A cultura de

reciprocidade leva à aceitação da diversidade dos carismas, dos serviços e ministérios.

CONCLUSÃO

As Diretrizes são balizas, pontos de referência, fontes de inspiração para elaboração de nossa pastoral de conjunto, em nível de Igreja particular e de paróquia. Devem, pois, ser recebidas com o coração aberto e aplicadas com criatividade. Elas contêm limitações próprias de todo texto redigido por muitos e emendado por dezenas de mãos. Isso, porém, não diminui seu valor pastoral. Por outro lado, a Arquidiocese de São Paulo já antecipou alguns pontos importantes das Novas Diretrizes. Basta citar, a título de exemplo, o Seminário da Caridade, que deve ser fonte permanente para a pastoral urbana em toda a Arquidiocese. Fruto do seminário é o CEAT, já presente em quatro regiões. Sem um conjunto de atividades como o CEAT, torna-se ilusório falar em fome zero.

Vamos, pois, confiados no primado da graça, *EVANGELIZAR, proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo.*

Dom Benedito Beni dos Santos é doutor em teologia dogmática e Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo.